

Rio Paranapanema Energia S.A.e
Controlada
Informações Contábeis Intermediárias
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Período de Três Meses findo
em 31 de Março de 2017 e
Relatório sobre a Revisão de Informações
Trimestrais

Sumário

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	4
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	6
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016	10
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016	11
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	12
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	15
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	16
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO	17
1. INFORMAÇÕES GERAIS	17
1.1. Reorganização societária.....	17
1.2. Contexto operacional	17
1.3. Liminar sobre o fator de ajuste de energia (GSF)	18
1.4. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas.....	19
1.5. Aprovação das demonstrações financeiras.....	19
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
2.1. Base de preparação	19
2.2. Consolidação.....	19
2.3. Contratos de Concessão.....	20
2.4. Resoluções Autorizativas	20
2.5. <i>Impairment</i> de ativos não financeiros	20
3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	20
4. GESTÃO DE RISCO DO NEGÓCIO	21
4.1. Análise da sensibilidade	21
4.2. Gestão de capital	22
4.3. Estimativa do valor justo.....	22
5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS	22
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22
7. CLIENTES	23
8. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER	24
8.1. Benefício fiscal – Ágio incorporado.....	24
8.2. Demonstrações da apuração do imposto de renda e contribuição social	25
9. DEPÓSITOS JUDICIAIS	26
10. INVESTIMENTO	26
11. IMOBILIZADO	27
12. INTANGÍVEL	29
13. FORNECEDORES	30
14. ARBITRAGEM	30
15. PARTES RELACIONADAS	31
15.1. Transações e saldos.....	31
15.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração.....	31
16. DEBÊNTURES	32
16.1. Composição e vencimento.....	32
16.2. Movimentação	32
16.3. <i>Covenants</i> Financeiros.....	33
16.4. <i>Covenants</i> Não Financeiros.....	33
17. EMPRÉSTIMO	33
17.1. Composição e vencimento.....	33
17.2. Movimentação	33
18. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA	33
19. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA	34
19.1. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS	34
19.2. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	34
19.3. Contingências possíveis	35
20. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS (*)	36

21. ENCARGOS SETORIAIS	36
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	36
22.1. Capital Social.....	36
22.2. Reservas de Capital	37
22.3. Reservas de Lucros	37
22.4. Lucros acumulados	37
22.5. Ajustes de avaliação patrimonial	38
23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	39
24. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE.....	39
24.1. Energia elétrica vendida.....	39
24.2. Energia elétrica comprada para revenda.....	39
24.3. Encargos de uso da rede elétrica.....	40
25. RESULTADO FINANCEIRO	40
26. LUCRO POR AÇÃO	41
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	41
27.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial	41
27.2. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial	42
28. SEGUROS	42
29. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA	42
30. COMPROMISSOS	42
30.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica.....	42
31. EVENTOS SUBSEQUENTES	42
31.1. Liquidação financeira (CCEE).....	42
31.2. Revisão das garantias físicas.....	42
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	43

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas
Rio Paranapanema Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Rio Paranapanema Energia S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Rio Paranapanema Energia S.A.

Outros assuntos

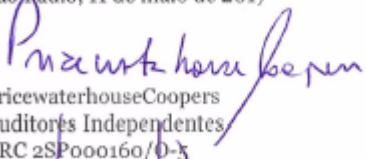
Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

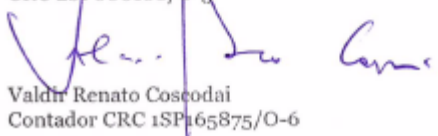
Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2016, obtidas das informações trimestrais (ITR) daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 31 de março de 2016 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 12 de maio de 2016 e 16 de março de 2017, respectivamente, sem ressalvas.

São Paulo, 11 de maio de 2017



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
PERÍODOS DE 1º DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 29 de dezembro de 2016, após todas as aprovações pelos devidos órgãos reguladores, foi concluído o processo de venda da totalidade das ações do capital da Duke Energy International Brazil Holdings S.à.r.l. (“DEIBH”) da Duke Energy International Group. S.à.r.l. (controlador indireto da Companhia) para empresa China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.à.r.l. (“CTG Lux”).

Em função da transferência do controle acionário da Companhia, a Duke Energy International Geração Paranapanema S.A passa a ser denominada Rio Paranapanema Energia S.A. e sua controlada Duke Energy International Geração Sapucaí–Mirim Ltda., passa a ser denominada Rio Sapucaí–Mirim Energia Ltda.

Principais indicadores (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	1T2017	1T2016	
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	419.186	363.518	15,3
(-) Deduções à receita operacional	(42.880)	(41.907)	2,3
Receita operacional líquida	376.306	321.611	17,0
(-) Custo do serviço de energia elétrica / Despesas operacionais	(154.782)	(159.375)	-2,9
Resultado do serviço	221.524	162.236	36,5
Ebitda	277.815	218.529	27,1
Margem ebitda - %	73,8%	67,9%	5,9 pp
Resultado financeiro	(28.063)	(53.957)	-48,0
Resultado operacional	193.461	108.279	78,7
Lucro líquido do período	127.904	71.250	79,5
Margem líquida - %	34,0%	22,2%	11,8 pp
Ações			
Ações em circulação (em milhares de ações)	94.433	94.433	
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	1.354,44	754,50	79,5

Dos valores consolidados apresentados acima, a controlada representa 2,0% da receita operacional líquida, ou R\$ 7,6 milhões (2,6% ou R\$ 8,3 milhões no 1º trimestre de 2016), 3,4% da despesa operacional, ou R\$ 5,3 milhões (3,8% ou R\$ 6,0 milhões no 1º trimestre de 2016) e 2,5% do lucro líquido registrado no período representando R\$ 3,2 milhões (2,0% ou R\$ 1,4 milhão no 1º trimestre de 2016).

	Consolidado		% Variação
	31/03/2017	31/03/2016	
Indicadores financeiros			
Ativos totais	4.308.307	4.109.124	4,8
Dívidas em moeda nacional	(1.467.610)	(1.409.872)	4,1
Patrimônio líquido	(1.900.233)	(1.901.242)	-0,1

Custo do Serviço de Energia Elétrica e Despesas Operacionais (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	1T2017	1T2016	
Depreciação e amortização	(56.291)	(56.293)	0,0
Encargos de uso da rede elétrica	(29.109)	(26.388)	10,3
Pessoal	(27.085)	(22.664)	19,5
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(18.315)	(23.392)	-21,7
Serviços de terceiros	(9.992)	(9.779)	2,2
Outras	(4.600)	(2.081)	121,0
Seguros	(2.781)	(2.442)	13,9
Constituição de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	(2.726)	(4.091)	-33,4
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)	(1.403)	(1.416)	-0,9
Material	(1.385)	(1.060)	30,7
Aluguéis	(925)	(933)	-0,9
Energia comprada para revenda	(223)	(7.439)	-97,0
Provisão / (reversão) para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	53	(1.397)	-103,8
	(154.782)	(159.375)	-2,9

As despesas operacionais totalizaram R\$ 154,8 milhões no 1º trimestre de 2017, uma redução 2,9% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 159,4 milhões).

Os principais fatores que impactaram as despesas operacionais foram:

- Encargos de uso da rede elétrica: aumento de R\$ 2,7 milhões ou 10,3% no trimestre são decorrentes dos reajustes incidentes sobre estes encargos durante 2017;
- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos: redução de R\$ 5,1 milhões, ou 21,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior, essa variação ocorre principalmente devido à redução de 22,7% na Tarifa Atualizada de Referência (TAR), que passou de R\$ 93,35/MWh para R\$ 72,20/MWh a partir de 1º de janeiro de 2017;
- Outras despesas: aumento de R\$ 2,5 milhões no primeiro trimestre de 2017 em relação ao mesmo período de 2016, representado, principalmente, por baixas de ativos relativas às modernizações e reformas nas Usinas de Chavantes e Capivara .
- Constituição de estimativa para créditos de liquidação duvidosa: redução de R\$ 1,3 milhão, ou 3,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior, essa variação decorre basicamente em função dos efeitos da liquidação do mercado de curto prazo;
- Energia comprada para revenda: redução de R\$ 7,2 milhões, ou 97% em relação ao mesmo período do ano anterior devido melhora do cenário hidrológico comparado no período, representado pelo aumento dos níveis do GSF – *Generation Scaling Factor* (Fator de Ajuste da Garantia Física);

Ebitda e margem Ebitda (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	1T2017	1T2016	
Lucro líquido do período	127.904	71.250	79,5%
Imposto de renda e contribuição social	65.557	37.029	77,0%
Resultado financeiro (líquido)	28.063	53.957	-48,0%
Depreciação e amortização	56.291	56.293	0,0%
Ebitda	277.815	218.529	27,1%
<i>Margem Ebitda</i>	73,8%	67,9%	

O Ebitda (Lajida – lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebitda aumentou 27,1% em comparação ao mesmo período no ano anterior, principalmente em decorrência do aumento da receita operacional líquida em virtude de um melhor cenário hidrológico em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Resultado financeiro (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	1T2017	1T 2016	
Receitas	24.216	16.662	45,3
Despesas	(52.279)	(70.619)	-26,0
Resultado financeiro líquido	(28.063)	(53.957)	-48,0

O resultado financeiro líquido apresentado no 1º trimestre de 2017 foi negativo em R\$ 28,1 milhões, o que representa um impacto positivo de 48,0% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa variação decorreu do aumento das receitas financeiras ocasionado principalmente pelo maior volume médio investido no período, somado a redução das despesas financeiras ocorridas em função principalmente da diminuição das dívidas da Companhia que estão atreladas ao Índice de Preços ao Consumidos Amplo (IPCA).

Debêntures (em milhares de Reais)

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Consolidado	
				31/03/2017	31/03/2016
3ª	Única	Variação CDI + 1,15% ao ano	10/01/2017	-	77.242
4ª	1	Variação CDI + 0,65% ao ano	16/07/2018	170.820	256.622
4ª	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	337.434	322.688
5ª	1	Variação CDI + 0,89% ao ano	20/05/2019	249.860	249.942
5ª	2	Variação IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	311.117	297.054
6ª	Única	Variação CDI + 2,00% ao ano	10/09/2018	160.331	-
				1.229.562	1.203.548

O saldo de debêntures da Controladora, no 1º trimestre de 2017, é de R\$ 1.229,6 milhões, superior em 2,2% em comparação aos R\$ 1.203,5 milhões, do mesmo período do ano anterior.

Essa variação é resultado principalmente do pagamento de principal da 3ª e 4ª emissões, somados ao pagamento de juros da 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissões, compensados pela redução na apropriação de variação monetária a pagar das dívidas atreladas ao IPCA além da captação de recursos originados da 6ª emissão de debêntures ocorrido em setembro de 2016.

Empréstimo (em milhares de Reais)

	Remuneração	Vencimento	Consolidado	
			31/03/2017	31/03/2016
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	Variação CDI + 1,4% ao ano	05/05/2017	238.048	206.324

Em 2015, a Controladora realizou captação de empréstimo com o banco Citibank, no montante de R\$ 181 milhões, sendo o mesmo atualizado a 100% da variação acumulada do CDI, acrescido de juros de 1,4% ao ano. O prazo de vencimento desse empréstimo é de dois anos. Não há ativos dados como garantia para a obtenção dessa operação financeira e não há cláusulas restritivas.

Dívida financeira líquida (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	31/03/2017	31/03/2016	
Empréstimo	238.048	206.324	15,4
Debêntures	1.229.562	1.203.548	2,2
Curto Prazo	210.348	208.855	0,7
Longo Prazo	1.019.214	994.693	2,5
Caixa	(770.167)	(451.236)	70,7
Dívida líquida	697.443	958.636	-27,2

A dívida líquida consolidada que é composta pelo endividamento, deduzido recursos de caixa e equivalentes de caixa. Em comparação com o mesmo período de 2016, recuou em 27,2% principalmente pelo aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa decorrentes da operação normal da Companhia e sua Controlada.

Lucro líquido do período

Em função dos itens supracitados a Companhia registrou, no primeiro trimestre de 2017, lucro líquido de R\$ 127,9 milhões, resultado superior em R\$ 56,7 milhões ou 79,5%, registrados no mesmo período do ano anterior.

A Controladora registrou como equivalência patrimonial, o efeito do resultado apurado de sua controlada, no montante de R\$ 3,2 milhões (R\$ 1,4 milhão em 31/03/2016).

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	711.366	798.120	770.167	852.563
Clientes	7	175.611	133.371	178.609	135.892
Tributos a recuperar	8	10.052	9.999	11.528	11.276
Serviços em curso		7.963	13.092	7.963	13.092
Despesas antecipadas		3.350	346	3.440	346
Devedores diversos		1.280	1.458	1.643	1.815
Partes relacionadas	15.1	176	151	176	151
Outros ativos		132	115	133	115
Total do ativo circulante		909.930	956.652	973.659	1.015.250
Não circulante					
Tributos a recuperar	8	960	960	2.241	2.220
Depósitos judiciais	9	48.647	47.612	48.647	47.612
Fundos vinculados		218	123	218	123
Despesas antecipadas		3.010	3.075	3.010	3.075
Investimentos		218.442	215.242	26	26
Controladas	10	218.416	215.216	-	-
Outros		26	26	26	26
Imobilizado	11	3.088.670	3.129.346	3.248.126	3.290.784
Intangível	12	28.034	28.801	32.380	29.033
Total do ativo não circulante		3.387.981	3.425.159	3.334.648	3.372.873
Total do ativo		4.297.911	4.381.811	4.308.307	4.388.123

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Circulante					
Fornecedores	13	361.391	343.844	365.028	347.623
Salários e encargos sociais		13.448	19.006	13.721	19.282
Empréstimos	17	238.048	230.228	238.048	230.228
Debêntures	16	210.348	285.383	210.348	285.383
Tributos a recolher	8	77.698	175.816	78.657	176.756
Dividendos e juros sobre capital próprio	23.4	175.697	228.692	175.697	228.692
Obrigações estimadas		8.175	7.948	8.319	8.105
Cibacap	18	890	890	890	890
Encargos setoriais	22	20.348	27.815	20.355	27.822
Receitas diferidas		6.627	8.739	6.627	8.739
Outros passivos		302	252	4.559	266
Total do passivo circulante		1.112.972	1.328.613	1.122.249	1.333.786
Não circulante					
Debêntures	16	1.019.214	1.012.140	1.019.214	1.012.140
Receitas diferidas		9.649	4.544	10.375	5.303
Obrigações especiais	21	1.769	1.758	1.769	1.758
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	20	32.709	32.701	33.102	33.081
Cibacap	18	10.011	9.936	10.011	9.936
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	181.508	191.797	181.508	191.797
Tarifa de uso do sistema de distribuição (Tusd-g)	13	15.063	13.960	15.063	13.960
Encargos setoriais	22	9.056	8.647	9.056	8.647
Outras obrigações regulatórias (RGR - 1970)		4.947	4.947	4.947	4.947
Outros passivos		780	780	780	780
Total do passivo não circulante		1.284.706	1.281.210	1.285.825	1.282.349
Patrimônio líquido					
Capital social	23.1	839.138	839.138	839.138	839.138
Reservas de capital	23.2	116.804	116.804	116.804	116.804
Reserva de lucros	23.3	156.094	155.753	156.094	155.753
Lucros / (prejuízos) acumulados	23.4	146.418	-	146.418	-
Ajustes de avaliação patrimonial	23.5	641.779	660.293	641.779	660.293
Total do patrimônio líquido		1.900.233	1.771.988	1.900.233	1.771.988
Total do passivo e patrimônio líquido		4.297.911	4.381.811	4.308.307	4.388.123

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PERÍODOS DE TRÊS MESES FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Receita operacional líquida	24	368.687	313.321	376.306	321.611
Custo do serviço de energia elétrica					
Pessoal		(12.118)	(12.852)	(12.640)	(13.375)
Material		(1.114)	(908)	(1.307)	(1.029)
Serviços de terceiros		(5.621)	(5.607)	(7.087)	(6.576)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)		(1.383)	(1.396)	(1.403)	(1.416)
Energia comprada para revenda	25.2	(164)	(7.236)	(223)	(7.439)
Encargos de uso da rede elétrica	25.3	(28.992)	(26.269)	(29.109)	(26.388)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(18.315)	(23.392)	(18.315)	(23.392)
Depreciação e amortização	11.b e 12.b	(53.348)	(53.550)	(55.801)	(55.866)
Constituição / (Reversão) de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		154	(790)	154	(1.156)
Aluguéis		(2)	(37)	(7)	(37)
Seguros		(2.697)	(2.367)	(2.781)	(2.442)
Outras		(375)	(360)	(416)	(405)
		(123.975)	(134.764)	(128.935)	(139.521)
Resultado bruto		244.712	178.557	247.371	182.090
Despesas operacionais					
Pessoal		(14.445)	(9.289)	(14.445)	(9.289)
Material		(76)	(31)	(78)	(31)
Serviços de terceiros		(2.797)	(3.051)	(2.905)	(3.203)
Depreciação e amortização	11.b e 12.b	(481)	(421)	(490)	(427)
Constituição de provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		(101)	(241)	(101)	(241)
Constituição de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	7	(2.726)	(3.051)	(2.726)	(4.091)
Aluguéis		(844)	(868)	(918)	(896)
Outras		(4.081)	(1.617)	(4.184)	(1.676)
		(25.551)	(18.569)	(25.847)	(19.854)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	3.200	1.402	-	-
Lucro operacional		222.361	161.390	221.524	162.236
Resultado financeiro	26				
Receitas		22.522	15.271	24.216	16.662
Despesas		(52.236)	(69.136)	(52.279)	(70.619)
		(29.714)	(53.865)	(28.063)	(53.957)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		192.647	107.525	193.461	108.279
Imposto de renda e contribuição social	8.2				
Corrente		(75.207)	(60.198)	(76.021)	(60.952)
Diferido		10.464	23.923	10.464	23.923
		(64.743)	(36.275)	(65.557)	(37.029)
Lucro líquido do período		127.904	71.250	127.904	71.250
Lucro por ação de operação continuadas (em R\$ por ação)					
Lucro básico e diluído por ação PN	27	1,35443	0,75450	1,35443	0,75450
Lucro básico e diluído por ação ON	27	1,35443	0,75450	1,35443	0,75450

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016
Lucro líquido do período	127.904	71.250
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	516	238
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	(175)	(81)
	341	157
Resultado abrangente do período	128.245	71.407

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial (vide Nota 23.6)	Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
		Capital	Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	839.138	116.804	155.753	-	660.293	1.771.988
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	127.904	-	127.904
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	516	516
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	-	-	(175)	(175)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	341	-	(341)	-
	-	-	341	127.904	-	128.245
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (vide nota 23.6)	-	-	-	28.052	(28.052)	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(9.538)	9.538	-
	-	-	-	18.514	(18.514)	-
Saldos em 31 de março de 2017	839.138	116.804	156.094	146.418	641.779	1.900.233

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
		Capital	Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	839.138	105.468	137.134	-	732.143	1.813.883
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	71.250	-	71.250
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	238	238
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	-	-	(81)	(81)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	157	-	(157)	-
	-	-	157	71.250	-	71.407
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (vide nota 23.6)	-	-	-	26.560	(26.560)	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(9.031)	9.031	-
	-	-	-	17.529	(17.529)	-
Reserva de capital relativo ao reembolso da Rio Parapanema Participações S.A. (anteriormente denominada Duke Brasil) para a Controladora referente ao pagamento da arbitragem da controlada	-	15.952	-	-	-	15.952
	-	15.952	-	-	-	15.952
Saldos em 31 de março de 2016	839.138	121.420	137.291	88.779	714.614	1.901.242

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Lucro líquido do período	127.904	71.250	127.904	71.250
Ajustes em:				
Depreciação e amortização	53.829	53.971	56.291	56.293
Perdas na baixa do ativo imobilizado/intangível	3.117	615	3.140	645
Ganho perda pela não recuperabilidade de ativos	-	-	(25)	(20)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.464)	(23.923)	(10.464)	(23.923)
Constituição de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	2.727	3.051	2.727	4.091
Juros sobre empréstimo CCB	7.820	7.199	7.820	7.199
Juros sobre debêntures	29.767	30.295	29.767	30.295
Variação monetária sobre debêntures	6.645	17.780	6.645	17.780
(Reversão) / constituição de provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(53)	1.031	(53)	1.396
Variação monetária sobre provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	631	641	645	723
Variação monetária sobre depósitos judiciais	(1.104)	(1.071)	(1.105)	(1.071)
Atualização financeira por processo arbitral	-	-	-	871
Equivalência patrimonial	(3.200)	(1.402)	-	-
Variações nos ativos e passivos				
Clientes	(44.967)	15.715	(45.444)	16.886
Devedores diversos	178	(202)	172	(208)
Partes relacionadas	(25)	76	(25)	76
Serviços em curso	(987)	(1.361)	(987)	(1.361)
Fundos vinculados	(95)	-	(95)	-
Despesas antecipadas	(2.939)	(7.737)	(3.029)	(7.978)
Fornecedores	18.650	50.813	18.508	49.114
Salários e encargos sociais	(5.558)	(2.589)	(5.561)	(2.599)
Impostos, taxas e contribuições	64.077	50.718	64.653	50.556
Obrigações estimadas	227	259	214	289
Receita diferida	2.993	(1.033)	2.960	(930)
Cibacap	75	285	75	285
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(501)	(203)	(501)	(210)
Outras variações ativas e passivas	(392)	3.894	3.850	3.878
Caixa gerado pelas operações	248.355	268.072	258.082	273.327
Juros e variação monetária pagos sobre debêntures	(29.373)	(29.185)	(29.373)	(29.185)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(162.248)	(127.370)	(163.025)	(127.370)
Pagamento referente ao processo de arbitragem (vide nota 14)	-	-	-	(15.952)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	56.734	111.517	65.684	100.820
Fluxos de caixa de atividades de investimentos				
Reserva de capital referente ao reembolso da Controladora para a Companhia pelo pagamento da arbitragem da Controlada	-	15.952	-	15.952
Recebimento na venda de imobilizado	170	181	170	181
Adições no ativo imobilizado	(15.627)	(10.025)	(15.985)	(10.347)
Adições no ativo intangível	(36)	(92)	(4.270)	(92)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento	(15.493)	6.016	(20.085)	5.694
Fluxos de caixa de atividades de financiamento				
Pagamento de debêntures	(75.000)	(75.000)	(75.000)	(75.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(52.995)	(44.347)	(52.995)	(44.347)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(127.995)	(119.347)	(127.995)	(119.347)
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(86.754)	(1.814)	(82.396)	(12.833)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	798.120	416.964	852.563	464.069
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	711.366	415.150	770.167	451.236

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Receitas				
Vendas de energia	411.139	354.845	419.048	363.474
Receitas relativas à construção de ativos próprios	15.627	10.065	15.984	10.387
Reversão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	(2.727)	(3.051)	(2.727)	(4.091)
	424.039	361.859	432.305	369.770
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia comprada e encargos de uso da rede	(29.156)	(33.505)	(29.332)	(33.827)
Materiais e serviços de terceiros	(25.235)	(19.662)	(27.360)	(21.224)
Outros custos operacionais	(6.543)	(4.833)	(6.672)	(5.287)
	(60.934)	(58.000)	(63.364)	(60.338)
Valor adicionado bruto	363.105	303.859	368.941	309.432
Depreciação e amortização	(53.829)	(53.971)	(56.291)	(56.293)
Valor adicionado líquido produzido	309.276	249.888	312.650	253.139
Aluguéis	139	43	139	43
Resultado de equivalência patrimonial	3.200	1.402	-	-
Receitas financeiras	22.522	15.271	24.216	16.662
Valor adicionado recebido em transferência	25.861	16.716	24.355	16.705
Valor adicionado total a distribuir	335.137	266.604	337.005	269.844
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	13.912	12.045	14.176	12.319
Benefícios	2.796	2.689	2.898	2.802
FGTS	2.481	2.137	2.503	2.159
Provisão para gratificação (bônus)	2.746	1.387	2.778	1.406
Participação nos resultados	975	702	1.005	724
Encargos sociais (exceto INSS)	953	826	973	844
	23.863	19.786	24.333	20.254
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	124.639	100.352	125.913	101.611
Estaduais	5.592	5.126	5.594	5.128
Municipais	57	49	57	49
	130.288	105.527	131.564	106.788
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	846	905	925	933
Juros sobre debêntures	29.757	30.295	29.757	30.295
Juros sobre empréstimos	7.821	7.199	7.821	7.199
Varição monetária sobre debêntures	6.645	17.780	6.645	17.780
Outras despesas financeiras	8.013	13.862	8.056	15.345
	53.082	70.041	53.204	71.552
Outros				
Lucros retidos	146.418	88.779	146.418	88.779
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	(18.514)	(17.529)	(18.514)	(17.529)
	127.904	71.250	127.904	71.250
Valor adicionado distribuído	335.137	266.604	337.005	269.844

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR EM 31 DE MARÇO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Reorganização societária

Em 29 de dezembro de 2016, após todas as aprovações publicadas pelos órgãos reguladores, representados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), foi concluído o processo de venda da totalidade das ações do capital da Duke Energy International Brazil Holdings S.à.r.l. (“DEIBH”) da Duke Energy International Group. S.à.r.l. (controlador indireto da Companhia) para empresa China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.à.r.l. (“CTG Lux”).

O contrato de compra e venda representou a aquisição direta, pela CTG Lux, de todas as 735.023 ações preferenciais de emissão da então Duke Energy International Geração Paranapanema S.A, atualmente denominada Rio Paranapanema Energia S.A. (“Companhia”) detidas pela DEIBH (controladora indireta da Companhia) e indireta das 31.180.723 ações ordinárias e 57.849.548 ações preferenciais detidas pela Duke Energy International Brasil Ltda. (atualmente denominada Rio Paranapanema Participações S.A.), controladora direta da Companhia, representando no total 99,06% do capital votante da Companhia e sua subsidiária.

O *Enterprise Value* do fechamento da operação realizada entre o Grupo Duke Energy e a CTG foi de US\$ 1,2 bilhão.

Em virtude do fechamento dessa transação e de acordo com o art. 254-A da Lei das S.A. e do Estatuto Social da Companhia, a nova controladora da Companhia, CTG deverá realizar uma oferta pública de aquisição das demais ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia ainda em circulação (“OPA”).

1.2. Contexto operacional

A Rio Paranapanema Energia S.A. (“Controladora” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 2.241,3 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: Usina Hidrelétrica (UHE) Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu, UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II.

Conforme mencionado na nota 10, a Companhia detém 99,99% de participação societária na Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (anteriormente denominada Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda.) (“Controlada” ou “Sapucaí Mirim”).

A capacidade instalada da Controlada é de 32,5 MW, composta pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Retiro e Palmeiras, localizadas no Rio Sapucaí, nos Municípios de Guará e São Joaquim da Barra, ambas no Estado de São Paulo.

Em 31 de março de 2017, a Companhia apresentou um Capital Circulante Líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 203.042 na Controladora e R\$ 148.590 no Consolidado (R\$ 371.961 e R\$ 318.536 respectivamente em 31/12/2016), essa redução no saldo do CCL decorre principalmente em virtude do aumento nos valores provisionados a receber relativos à

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), além do aumento da geração de caixa, devido ao crescimento da atividade operacional da empresa. Para equalizar esse cenário, a Companhia conta com a recorrente geração de caixa resultante de suas atividades operacionais.

1.3. Liminar sobre o fator de ajuste de energia (GSF)

O Brasil ainda sente os efeitos da severa crise hidrológica ocorrida nos últimos anos, que causou a redução dos reservatórios e elevou o nível do despacho das usinas termoelétricas ao máximo. Em consequência disso, o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingiu seu teto nos anos de 2014 e 2015, o que elevou a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do *Generation Scaling Factor - GSF* (Fator de Ajuste da Garantia Física).

A Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) entrou com pedido de liminar para mitigar a exposição das geradoras a este nível do GSF até a alocação apropriada dos custos do despacho fora da ordem de mérito.

Em 02 de julho de 2015, foi concedida liminar em favor da APINE, limitando a exposição da Companhia e de outros geradores ao GSF, até que o mérito da ação seja julgado. Essa liminar foi agravada, mas ainda não há provimento sobre este agravo e a liminar ficou estabilizada desde então. A Companhia efetua o provisionamento dos valores efetivamente recebidos referentes à liminar do GSF na rubrica “Fornecedores” (vide nota 13). O resultado da ação ainda é incerto e a decisão da justiça, quando proferida em primeira instância, está sujeita a recurso, portanto não é possível prever o impacto na Companhia e sua Controlada.

Em 08 de dezembro de 2015, o governo federal promulgou a Lei 13.203/2015 que apresentou as diretrizes para uma proposta de repactuação do risco hidrológico do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), tanto no Ambiente de Contratação Livre (ACL) como no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), estabelecendo um novo dispositivo legal para repactuar o risco hidrológico dos participantes do MRE por tempo determinado.

Em linhas gerais, a proposta para o ACL oferecia benefício econômico pela compra de energia em 2015, por meio de um alívio dos resultados com a criação de um ativo intangível de parte desse valor.

Além disso, o acordo de repactuação previa uma extensão do período de concessão, equivalente ao valor deste intangível e a aquisição de uma espécie de seguro, na forma de energia de reserva para o período de 2016 a 2018.

Por fim, o acordo exigia a aquisição de um seguro adicional, a título de energia de reserva incremental pelo período de 2019, até o término da concessão. O resultado da aquisição deste seguro incremental e sua utilização, se negativa, também seria objeto de extensão do contrato de concessão.

Como contrapartida, os agentes que aderissem à repactuação do risco hidrológico, tanto no ACR como no ACL, teriam de abrir mão de toda e qualquer disputa judicial em relação ao risco hidrológico no âmbito do MRE.

Com essas premissas e após análises em relação ao valor resultante desta opção e considerando as incertezas em relação ao comportamento das variáveis envolvidas, levaram a Companhia e sua controlada à decisão pela não repactuação.

Atualmente está em discussão em Audiência Pública da ANEEL que definirá as regras do pagamento do custo da Geração Fora da Ordem de Mérito constantes da Lei 13.203/2015, alteradas pela Lei 13.360/2016.

O resultado desta Audiência Pública definirá o curso da negociação da repactuação que está há quase dois anos em discussão.

1.4. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

De acordo com o Decreto nº 2.655/1998, a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas do sistema deveria ocorrer a cada 5 anos, iniciando-se em 2003, posteriormente essa revisão foi adiada para 2015 e em seguida para 2016. Em dezembro de 2016, a revisão foi novamente adiada pelo MME para 2018, devendo os valores de garantia física ser publicados até 30 de abril de 2017.

1.5. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de maio de 2017.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

Informações financeiras individuais e consolidadas

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho individual e consolidado da Companhia e sua controlada durante o período intermediário.

A Administração declara que a base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016. As correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.1 a 2.23 daquelas demonstrações financeiras.

A Controladora avaliou os novos pronunciamentos e interpretações de CPC/IFRS vigentes a partir de 1º de janeiro de 2017 e concluiu que não impactam significativamente suas demonstrações financeiras.

2.2. Consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) Controlada

Controlada é uma entidade na qual a Controladora tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação maior que a metade dos direitos a voto (capital votante). A Controlada é consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da Controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de março de 2016, a Companhia mantém o controle da Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., conforme descrito na nota explicativa n.º 10.

2.3. Contratos de Concessão

Controladora

Contrato de Concessão ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	Início da Concessão	Vencimento Concessão
76/1999	Jurumirim	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	101,0	47,0	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Chavantes	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	414,0	177,2	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Salto Grande	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	73,8	55,0	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Capivara	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	619,0	337,5	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Taquaruçu	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	525,0	205,6	22/09/1999	21/09/2029
76/1999	Rosana	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	354,0	182,7	22/09/1999	21/09/2029
183/1998	Canoas I	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	82,5	57,0	30/07/1998	29/07/2033
183/1998	Canoas II	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	72,0	48,0	30/07/1998	29/07/2033
					2.241,3	1.110,0		

As informações referentes aos contratos de concessão são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 2.13.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

2.4. Resoluções Autorizativas

Controlada

Resolução de Autorização ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	Início da Autorização	Vencimento Autorização
549/2002	Retiro	PCH - Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,0	8,1	10/10/2002	09/10/2032
706/2002	Palmeiras	PCH - Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,5	8,1	18/12/2002	17/12/2032
					32,5	16,2		

As informações referentes às resoluções autorizativas são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 2.13.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

2.5. Impairment de ativos não financeiros

A Companhia declara que as informações sobre o *impairment* de ativos não financeiros descritos nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 2.14 daquelas demonstrações financeiras.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Companhia declara que as informações sobre estimativas e julgamentos contábeis críticos descritos nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016 permanecem válidas

para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 3 daquelas demonstrações financeiras.

4. GESTÃO DE RISCO DO NEGÓCIO

As informações sobre fatores de risco descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações nas notas explicativas n.º 4 daquelas demonstrações financeiras, exceto pela análise da sensibilidade e gestão de capital, descritas a seguir:

4.1. Análise da sensibilidade

A Companhia e sua controlada, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimo e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e sua controlada estão expostas na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes dos últimos 12 meses e considerou ainda outros quatro cenários, com variações de risco favoráveis e desfavoráveis de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Dívida			Controladora					
Debêntures	Emissão	Indexador	31/03/2017	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
	4ª S1	CDI + 0,65% a.a.	(170.820)	(12.854)	(18.726)	(24.598)	(30.470)	(36.342)
	4ª S2	IPCA + 6,07% a.a.	(337.434)	(28.193)	(32.048)	(35.903)	(39.758)	(43.613)
	5ª S1	CDI + 0,89% a.a.	(249.860)	(19.402)	(27.990)	(36.580)	(45.168)	(53.757)
	5ª S2	IPCA + 7,01% a.a.	(311.117)	(28.918)	(32.474)	(36.027)	(39.582)	(43.136)
	6ª	CDI + 2,00% a.a.	(160.331)	(14.229)	(19.741)	(25.252)	(30.764)	(36.275)
Empréstimo		CDI + 1,40% a.a.	(238.048)	(19.698)	(27.881)	(36.064)	(44.247)	(52.430)
			(1.467.610)	(123.294)	(158.860)	(194.424)	(229.989)	(265.553)
Caixa e equivalentes de caixa		CDI	711.366	48.906	73.359	97.812	122.265	146.718
Total da exposição líquida			(756.244)	(74.388)	(85.501)	(96.612)	(107.724)	(118.835)

Dívida			Consolidado					
Debêntures	Emissão	Indexador	31/03/2017	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
	4ª S1	CDI + 0,65% a.a.	(170.820)	(12.854)	(18.726)	(24.598)	(30.470)	(36.342)
	4ª S2	IPCA + 6,07% a.a.	(337.434)	(28.193)	(32.048)	(35.903)	(39.758)	(43.613)
	5ª S1	CDI + 0,89% a.a.	(249.860)	(19.402)	(27.990)	(36.580)	(45.168)	(53.757)
	5ª S2	IPCA + 7,01% a.a.	(311.117)	(28.918)	(32.474)	(36.027)	(39.582)	(43.136)
	6ª	CDI + 2,00% a.a.	(160.331)	(14.229)	(19.741)	(25.252)	(30.764)	(36.275)
Empréstimo		CDI + 1,40% a.a.	(238.048)	(19.698)	(27.881)	(36.064)	(44.247)	(52.430)
			(1.467.610)	(123.294)	(158.860)	(194.424)	(229.989)	(265.553)
Caixa e equivalentes de caixa		CDI	770.167	52.949	79.424	105.898	132.373	158.847
Total da exposição líquida			(697.443)	(70.345)	(79.436)	(88.526)	(97.616)	(106.706)
			Variação dos índices	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
			IPCA	2,29%	3,43%	4,57%	5,71%	6,86%
			CDI	6,88%	10,31%	13,75%	17,19%	20,63%

4.2. Gestão de capital

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Empréstimos (vide nota n.º 17)	238.048	230.228	238.048	230.228
Debêntures (vide nota n.º 16)	1.229.562	1.297.523	1.229.562	1.297.523
Caixa e equivalentes de caixa (vide nota n.º 6)	(711.366)	(798.120)	(770.167)	(852.563)
Dívida líquida	756.244	729.631	697.443	675.188
Patrimônio líquido	1.900.233	1.771.988	1.900.233	1.771.988
Total do capital	2.656.477	2.501.619	2.597.676	2.447.176
Índice de alavancagem financeira (%)*	28,5	29,2	26,8	27,6

*Dívida líquida / total do capital

As variações do saldo de Gestão de Capital decorrem da movimentação normal do período.

4.3. Estimativa do valor justo

A Companhia declara que as informações sobre estimativa do valor justo descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 4.3 daquelas demonstrações financeiras.

5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito conforme quadro abaixo:

Standard & Poor's	Moody's	Caixa e equivalentes de caixa			
		Controladora		Consolidado	
		31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
B	BR-1	588.587	639.367	639.153	685.078
B	-	122.776	158.750	131.011	167.482
*	*	3	3	3	3
		711.366	798.120	770.167	852.563

* O saldo de R\$ 3 em 31 de março de 2017 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a fundo fixo de caixa, portanto, não possui classificação de risco.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	286	410	351	1.015
Aplicações financeiras				
Certificado de depósito bancário - CDB	710.983	797.616	769.550	851.289
Fundo renda fixa	97	94	266	259
	711.366	798.120	770.167	852.563

As aplicações financeiras correspondem às operações de certificado de depósitos bancários e fundos de investimentos de renda fixa, as quais são realizadas com instituições que operam no

mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remunerações de acordo com as práticas de mercado.

As características dos saldos são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 6 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

7. CLIENTES

	Controladora			
	31/03/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Contratos bilaterais	113.863	285	118.376	285
Contratos de leilão	4.271	-	4.381	-
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	62.795	-	13.206	-
	180.929	285	135.963	285
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	(5.318)	(285)	(2.592)	(285)
	175.611	-	133.371	-

	Consolidado			
	31/03/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Contratos bilaterais	116.394	413	120.891	413
Contratos de leilão	4.271	-	4.381	-
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	63.262	-	13.212	-
	183.927	413	138.484	413
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	(5.318)	(413)	(2.592)	(413)
	178.609	-	135.892	-

Movimentação da estimativa para créditos de liquidação duvidosa (“ECLD”):

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.877)	(3.005)
Constituição	(3.508)	(3.508)
Reversão	782	782
Saldo em 31 de março de 2017	(5.603)	(5.731)

A variação no saldo de “Estimativa para créditos de liquidação duvidosa” decorre principalmente dos efeitos ocorridos na liquidação do Mercado de Curto Prazo (MCP) no 1º trimestre de 2017, além de valores referentes ao suprimento de energia relacionada aos contratos de leilão.

As demais variações do saldo de Clientes decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER

	Controladora								Consolidado	
	31/03/2017		31/12/2016		2017		2016			
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		
Ativo										
IRPJ e CSLL	8.910	141	9.032	819	10.386	141	10.309	819		
PIS e COFINS	1.142	819	967	141	1.142	819	967	141		
INSS	-	-	-	-	-	1.281	-	1.260		
	10.052	960	9.999	960	11.528	2.241	11.276	2.220		
Passivo										
IRPJ e CSLL	61.935	-	152.672	-	62.749	-	153.473	-		
PIS e COFINS	13.632	-	11.420	-	13.745	-	11.521	-		
ICMS	1.924	-	1.782	-	1.924	-	1.782	-		
IRRF sobre JSCP	-	-	9.483	-	-	-	9.483	-		
Outros	207	-	459	-	239	-	497	-		
	77.698	-	175.816	-	78.657	-	176.756	-		
Ativo de imposto diferido										
Diferenças temporárias	-	(131.685)	-	(130.950)	-	(131.685)	-	(130.950)		
Benefício fiscal	-	(23.663)	-	(24.488)	-	(23.663)	-	(24.488)		
Receita diferida	-	(5.509)	-	(4.491)	-	(5.509)	-	(4.491)		
Passivo de imposto diferido										
Ajuste de avaliação patrimonial	-	330.614	-	340.151	-	330.614	-	340.151		
Ajuste atuarial plano de pensão	-	2.892	-	2.716	-	2.892	-	2.716		
Mais-valia - Investimento em controlada	-	8.859	-	8.859	-	8.859	-	8.859		
Passivo de imposto diferido (líquido)	-	181.508	-	191.797	-	181.508	-	191.797		

A Controlada é optante pelo regime de tributação de lucro presumido.

As variações do saldo de Tributos a Recuperar/Recolher decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita nas notas explicativas 8 e 8.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

8.1. Benefício fiscal – Ágio incorporado

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial; segue sua composição:

	Controladora e Consolidado			
	31/03/2017		31/12/2016	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldos oriundos da incorporação (vide nota n.º 23.2)	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(235.795)	155.621	(80.174)	(79.350)
Saldos no final do exercício	69.611	(45.947)	23.664	24.488

Valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016
Amortização do ágio	(2.426)	(2.717)
Reversão da provisão	1.601	1.793
Benefício fiscal	825	924
Efeito líquido no exercício	-	-

Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste.

	Controladora e Consolidado							
	2017	2018	2019	2020	2021	2022 - 2025	2026 em diante	Total
Realização estimada	2.474	2.946	2.630	2.348	2.097	6.367	4.802	23.664

As variações do saldo de Benefício Fiscal – Ágio Incorporado decorrem da movimentação normal do presente período, estando à íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 8.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

8.2. Demonstrações da apuração do imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	31/03/2017			31/03/2016		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	192.647			107.525		
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	48.162	17.338	65.500	26.881	9.677	36.558
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	(565)	18	(547)	(565)	18	(547)
Despesas indedutíveis	575	74	649	610	70	680
Diferenças temporárias no resultado anos anteriores	177	64	241	-	-	-
Equivalência de controladas	(785)	(283)	(1.068)	(350)	(126)	(476)
Outros	(28)	(4)	(32)	60	-	60
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	47.536	17.207	64.743	26.636	9.639	36.275
IRPJ e CSLL correntes	55.230	19.977	75.207	44.226	15.972	60.198
IRPJ e CSLL diferidos	(7.694)	(2.770)	(10.464)	(17.590)	(6.333)	(23.923)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	47.536	17.207	64.743	26.636	9.639	36.275
Alíquota efetiva	24,7%	8,9%	33,6%	24,8%	9,0%	33,8%

	Consolidado					
	31/03/2017			31/03/2016		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	193.461			108.279		
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	48.365	17.411	65.776	27.070	9.745	36.815
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	(565)	18	(547)	(565)	18	(547)
Despesas indedutíveis	575	74	649	610	70	680
Diferenças temporárias no resultado anos anteriores	177	64	241	-	-	-
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	373	165	538	(11)	32	21
Outros	(813)	(287)	(1.100)	60	-	60
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	48.112	17.445	65.557	27.164	9.865	37.029
IRPJ e CSLL correntes	55.806	20.215	76.021	44.754	16.198	60.952
IRPJ e CSLL diferidos	(7.694)	(2.770)	(10.464)	(17.590)	(6.333)	(23.923)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	48.112	17.445	65.557	27.164	9.865	37.029
Alíquota efetiva	24,9%	9,0%	33,9%	25,1%	9,1%	34,2%

A Controlada é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido e não constitui provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

As variações dos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 8.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Ambiental	5.999	5.875
Fiscal:	10.256	10.058
IPTU (Município de Primeiro de Maio)	1.499	1.471
Débitos em disputa referentes à IRRF, IRPJ e CSLL	132	129
Débitos em disputa referentes à PIS, COFINS, IRPJ,CSLL e IOF	8.625	8.458
Tusd-g	32.392	31.679
	48.647	47.612

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais, recursais ou não, não relacionados com as provisões para riscos prováveis, descritos na nota explicativa n.º 20, e todos são atualizados monetariamente.

As características dos saldos são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 9 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

10. INVESTIMENTO

a) Controlada

Empresa controlada	Quantidade de Quotas	Participação Direta (%)	31/03/2017	31/12/2016
			Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (anteriormente denominada Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda.)	398.617.358	99,99%	218.416	215.216

b) Movimentação dos investimentos da Controladora

	Controlada
Saldo em 31 de dezembro de 2016	215.216
Equivalência patrimonial	3.200
Saldo em 31 de março de 2017	218.416

c) Informações financeiras da Controlada

	Controlada	
	31/03/2017	31/12/2016
Patrimônio líquido	218.416	215.216
Lucro líquido do período	3.200	28.268
Ativo total	228.827	221.527
Receita líquida do período	7.619	31.144

11. IMOBILIZADO
a) Composição

	Controladora				Taxa média anual de depreciação
	31/03/2017			31/12/2016	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Terrenos	213.865	-	213.865	213.865	
Reservatórios, barragens e adutoras	3.408.128	(1.253.982)	2.154.146	2.190.973	4,5%
Edificações, obras civis e benfeitorias	454.849	(174.677)	280.172	283.584	3,2%
Máquinas e equipamentos	899.533	(344.810)	554.723	536.226	4,9%
Veículos	7.710	(2.940)	4.770	5.264	13,2%
Móveis e utensílios	1.867	(1.493)	374	374	3,6%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	
	4.785.277	(1.777.902)	3.007.375	3.029.611	
Em curso					
Terrenos	1.046	-	1.046	1.046	
Reservatórios, barragens e adutoras	4.838	-	4.838	3.067	
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	214	
Máquinas e equipamentos	75.265	-	75.265	95.310	
Móveis e utensílios	146	-	146	98	
	81.295	-	81.295	99.735	
	4.866.572	(1.777.902)	3.088.670	3.129.346	
(-) Obrigações especiais (vide nota 21)	(1.514)	374	(1.140)	(1.035)	
	4.865.058	(1.777.528)	3.087.530	3.128.311	

	Consolidado				Taxa média anual de depreciação
	31/03/2017			31/12/2016	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Terrenos	223.271	-	223.271	223.271	
Reservatórios, barragens e adutoras	3.642.961	(1.272.277)	2.370.684	2.408.716	4,3%
Edificações, obras civis e benfeitorias	492.412	(177.838)	314.574	318.189	3,1%
Máquinas e equipamentos	1.021.241	(358.327)	662.914	645.257	4,7%
Veículos	7.770	(2.976)	4.794	5.289	13,2%
Móveis e utensílios	2.000	(1.518)	482	484	3,6%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	
	5.188.980	(1.812.936)	3.376.044	3.400.531	
Em curso					
Terrenos	11.009	-	11.009	10.960	
Reservatórios, barragens e adutoras	4.838	-	4.838	3.067	
Edificações, obras civis e benfeitorias	126	-	126	248	
Máquinas e equipamentos	75.442	-	75.442	95.384	
Móveis e utensílios	146	-	146	98	
	91.561	-	91.561	109.757	
	5.061.062	(1.812.936)	3.248.126	3.290.784	
(-) Obrigações especiais (vide nota 21)	(1.514)	374	(1.140)	(1.035)	
	5.059.548	(1.812.562)	3.246.986	3.289.749	

b) Movimentação do ativo imobilizado

	Controladora					
	Valor líquido em 31/12/2016	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 31/03/2017
Terrenos	214.911	-	-	-	-	214.911
Reservatórios, barragens e adutoras	2.194.040	1.648	(38.135)	-	1.431	2.158.984
Edificações, obras civis e benfeitorias	283.798	-	(3.672)	-	46	280.172
Máquinas e equipamentos	631.536	14.024	(11.073)	(3.047)	(1.452)	629.988
Veículos	5.264	-	(254)	(240)	-	4.770
Móveis e utensílios	472	90	(17)	-	(25)	520
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	3.129.346	15.762	(53.151)	(3.287)	-	3.088.670
(-) Obrigações especiais (vide nota 21)	(1.035)	(135)	30	-	-	(1.140)
	3.128.311	15.627	(53.121)	(3.287)	-	3.087.530

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2016	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 31/03/2017
Terrenos	234.231	49	-	-	-	234.280
Reservatórios, barragens e adutoras	2.411.783	1.648	(39.340)	-	1.431	2.375.522
Edificações, obras civis e benfeitorias	318.437	92	(3.875)	-	46	314.700
Máquinas e equipamentos	740.641	14.241	(12.003)	(3.070)	(1.452)	738.357
Veículos	5.289	-	(257)	(240)	-	4.792
Móveis e utensílios	582	90	(18)	-	(25)	629
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	3.510.288	16.120	(55.493)	(3.310)	-	3.467.605
Perda pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(219.504)	-	-	25	-	(219.479)
	3.290.784	16.120	(55.493)	(3.285)	-	3.248.126
(-) Obrigações especiais (vide nota 21)	(1.035)	(135)	30	-	-	(1.140)
	3.289.749	15.985	(55.463)	(3.285)	-	3.246.986

A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos exercícios findos em 31 de março de 2017 e 2016 foi de R\$ 25.768 e R\$ 26.177, respectivamente, as demais informações referentes ao custo atribuído no ativo imobilizado estão descritas na nota explicativa n.º 11.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

As demais variações dos saldos do ativo imobilizado decorrem da movimentação normal do presente período, estando à íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 11 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

12. INTANGÍVEL

O saldo em 31 de março de 2017 é constituído por direitos de uso de *software*, servidão de passagem, renovação de licença operacional e pelo direito de Uso do Bem Público - UBP.

a) Composição

	Controladora			Taxa média anual de amortização
	31/03/2017			
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
Em serviço				
UBP	53.494	(29.901)	23.593	3,5%
Software	25.555	(21.963)	3.592	5,3%
Servidão de passagem	75	-	75	
	79.124	(51.864)	27.260	
Em curso				
Software	774	-	774	
	774	-	774	
	79.898	(51.864)	28.034	
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 21)	(2.208)	1.579	(629)	
	77.690	(50.285)	27.405	

	Consolidado				Taxa média anual de amortização
	31/03/2017			31/12/2016	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
UBP	53.494	(29.901)	23.593	24.056	3,5%
Renovação de licença operacional (LO)	4.235	(118)	4.117	-	33,4%
Software	25.621	(22.004)	3.617	3.959	5,3%
Servidão de passagem	262	-	262	262	
	83.612	(52.023)	31.589	28.277	
Em curso					
Software	774	-	774	739	
Servidão de passagem	17	-	17	17	
	791	-	791	756	
	84.403	(52.023)	32.380	29.033	
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 21)	(2.208)	1.579	(629)	(723)	
	82.195	(50.444)	31.751	28.310	

b) Movimentação intangível

	Controladora			
	Valor líquido em 31/12/2016	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/03/2017
UBP	24.056	-	(463)	23.593
Software	4.670	36	(340)	4.366
Servidão de passagem	75	-	-	75
	28.801	36	(803)	28.034
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 21)	(723)	-	94	(629)
	28.078	36	(709)	27.405

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2016	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/03/2017
UBP	24.056	-	(463)	23.593
Renovação de licença operacional (LO)	-	4.235	(118)	4.117
Software	4.698	35	(342)	4.391
Servidão de passagem	279	-	-	279
	29.033	4.270	(923)	32.380
(-) Obrigações especiais (vide nota n.º 21)	(723)	-	94	(629)
	28.310	4.270	(829)	31.751

13. FORNECEDORES

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2017		31/12/2016		31/03/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Suprimento de energia elétrica	340.803	-	323.026	-	343.835	-	325.865	-
Materiais e serviços contratados	8.037	-	8.096	-	8.603	-	8.996	-
Encargos de uso da rede elétrica	12.551	15.063	12.722	13.960	12.590	15.063	12.762	13.960
Tust	11.398	-	11.564	-	11.398	-	11.564	-
Tusd-g	1.126	15.063	1.138	13.960	1.165	15.063	1.178	13.960
Encargos de conexão	27	-	20	-	27	-	20	-
	361.391	15.063	343.844	13.960	365.028	15.063	347.623	13.960

Na rubrica de suprimento de energia elétrica está registrado o efeito de R\$223.027 na Controladora e R\$226.045 no Consolidado (R\$ 206.042 e R\$ 208.597 respectivamente, em 31 de dezembro de 2016), referente ao recebimento da CCEE relativo à liminar sobre o GSF concedida à APINE, conforme descrito na nota explicativa n.º 1. Este valor é corrigido monetariamente com base na variação do IGPM (vide nota explicativa n.º 27). O restante do valor trata-se da operação normal de compra de energia. Tais valores estão sendo atualizados baseados no IGPM do mês.

Não ocorreram novos eventos referentes à discussão judicial da revisão dos valores a serem pagos por conta da Tusd-g, sendo que o saldo está apresentado líquido dos depósitos judiciais no passivo não circulante, estando à íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 13 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

14. ARBITRAGEM

Os custos extraordinários incorridos durante a construção da PCH Retiro foram objeto de discussão em procedimento arbitral, instaurado entre a Controlada e a empresa contratada para construção do empreendimento. Em 2012, foi proferida sentença arbitral (arbitragem 45/2009), através da qual restou definida a responsabilidade de cada parte, por tais custos adicionais, restando apenas o cálculo final dos valores correspondentes. A Controlada considerou, no custo total do projeto, valores referentes a eventuais acertos finais decorrentes dessa fase de liquidação, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 15.081.

Em 29 de janeiro de 2016 foi proferida Sentença Arbitral Final, através da qual foi determinado o pagamento, pela Controlada, da quantia de R\$ 12.503 (data base dezembro de 2014), com incidência de 1% (um por cento) de juros e correção monetária com base na variação do IPCA/IBGE, calculados a partir de janeiro de 2015, totalizando R\$ 15.952.

De acordo com o contrato de compra e venda de quotas da Controlada, firmado entre a Companhia e a Rio Paranapanema Participações S.A. (anteriormente denominada Duke Energy International, Brasil Ltda), esta comprometeu-se a manter aquela totalmente indene com relação a todos e quaisquer valores adicionais decorrentes da Arbitragem, motivo pelo

qual o valor estabelecido pela sentença arbitral foi pago pela Rio Paranapanema Participações S.A. à Controladora.

Os valores pagos foram registrados como reserva de capital, líquido dos efeitos tributários, no montante de R\$ 10.529. A Controlada procedeu o pagamento dessa sentença em 12 de fevereiro de 2016.

Durante o segundo trimestre de 2016 foram feitos pagamentos complementares ao processo da arbitragem, registrados como reserva de capital no montante de R\$ 770, líquido dos efeitos tributários.

15. PARTES RELACIONADAS

15.1. Transações e saldos

A Companhia possui contratos de compartilhamento de despesas com a Sociedade controladora Rio Paranapanema Participações. O saldo a receber de partes relacionadas destes contratos em 31 de março de 2017 é de R\$ 176 (R\$ 151 em 31 de dezembro de 2016).

Na medida em que clientes da Companhia e sua controlada necessitam de garantias em operações comerciais, a Rio Paranapanema Participações fornece tais garantias, cujo montante, em 31 de março de 2017, é de R\$ 163.257 e R\$ 1.823 respectivamente (R\$ 171.787 e R\$ 1.823 em 31 de dezembro de 2016). As demais transações relevantes com partes relacionadas referem-se à distribuição dos dividendos.

15.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas chaves da Administração:

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/03/2017	31/03/2016
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	4.587	2.010
Benefícios pós-emprego	69	67
Conselho fiscal	259	238
	4.915	2.315

A Companhia declara que as informações sobre partes relacionadas descritas na nota explicativa n.º 15.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016 permanecem válidas para essas ITR.

16. DEBÊNTURES

16.1. Composição e vencimento

a) Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado					
				31/03/2017					
				Circulante			Não Circulante		
Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total	Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total				
4ª	1	Variação CDI + 0,65% ao ano	16/07/2018	83.325	4.184	87.509	83.350	(39)	83.311
4ª	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	-	13.699	13.699	250.000	73.735	323.735
5ª	1	Variação CDI + 0,89% ao ano	20/05/2019	79.659	11.327	90.986	159.341	(467)	158.874
5ª	2	Variação IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	-	17.492	17.492	240.000	53.625	293.625
6ª	Única	Variação CDI +2,00% ao ano	10/09/2018	-	662	662	160.000	(331)	159.669
				162.984	47.364	210.348	892.691	126.523	1.019.214

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado					
				31/12/2016					
				Circulante			Não Circulante		
Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total	Principal	Juros, Variação Monetária e (Custos de Transação)	Total				
3ª	Única	Variação CDI + 1,15% ao ano	10/01/2017	75.000	5.303	80.303	-	-	-
4ª	1	Variação CDI + 0,65% ao ano	16/07/2018	83.325	10.717	94.042	83.350	(78)	83.272
4ª	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	-	8.739	8.739	250.000	70.213	320.213
5ª	1	Variação CDI + 0,89% ao ano	20/05/2019	79.659	3.536	83.195	159.341	(567)	158.774
5ª	2	Variação IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	-	12.195	12.195	240.000	50.410	290.410
6ª	Única	Variação CDI +2,00% ao ano	10/09/2018	-	6.909	6.909	160.000	(529)	159.471
				237.984	47.399	285.383	892.691	119.449	1.012.140

b) Vencimento

Vencimento a longo prazo	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Debêntures	322.066	177.327	97.811	205.775	107.715	108.520	1.019.214

16.2. Movimentação

	3ª Emissão	4ª Emissão		5ª Emissão		6ª Emissão	Total
	Série Única	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	Série Única	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	80.303	177.314	328.952	241.969	302.605	166.380	1.297.523
Movimentação das debêntures							
Amortização de custos de transação	-	39	19	100	72	198	428
Pagamento de debêntures	(75.000)	-	-	-	-	-	(75.000)
Apropriação juros	267	5.288	4.960	7.791	5.298	5.735	29.339
Apropriação de variação monetária	-	-	3.503	-	3.142	-	6.645
Pagamento de juros	(5.570)	(11.821)	-	-	-	(11.982)	(29.373)
	(80.303)	(6.494)	8.482	7.891	8.512	(6.049)	(67.961)
Saldo em 31 de março de 2017	-	170.820	337.434	249.860	311.117	160.331	1.229.562

As principais variações do saldo de Debêntures foram resultantes da quitação da 3ª emissão, além do pagamento de juros da 4ª emissão - série 1 ocorrida em janeiro de 2017, além do pagamento de juros da 6ª emissão ocorrida em março de 2017.

As demais variações decorrem da movimentação normal do período, estando essas informações descritas na íntegra na nota explicativa n.º 16 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

16.3. Covenants Financeiros

A Controladora cumpriu todas as cláusulas restritivas (“*covenants*”) previstas nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas encontram-se descritas na nota explicativa n.º 16.4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

16.4. Covenants Não Financeiros

A Controladora cumpriu todas as cláusulas restritivas (“*covenants*”) previstas nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas encontram-se descritas na nota explicativa n.º 16.5 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

17. EMPRÉSTIMO

17.1. Composição e vencimento

a) Composição

Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado					
		31/03/2017			31/12/2016		
		Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
Variação CDI + 1,4% ao ano	05/05/2017	181.000	57.048	238.048	181.000	49.228	230.228

b) Vencimento

Vencimento a curto prazo	2017	Total
Empréstimo	238.048	238.048

17.2. Movimentação

	31/03/2017
Saldo em 31 de dezembro de 2016	230.228
Apropriação juros	7.820
Saldo em 31 de março de 2017	238.048

As variações do saldo de Empréstimo decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 17 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2015.

18. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Circulante	890	890
Não circulante	10.011	9.936
	10.901	10.826

As variações do saldo de Cibacap decorrem da movimentação normal do período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 18 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

19. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA

Para o período findo em 31 de março de 2017, não ocorreram mudanças nas premissas utilizadas nas avaliações atuariais.

No quadro a seguir, encontra-se demonstrada a despesa apurada e reconhecida no período (vide nota explicativa n.º 26):

Despesa/(receita) do período reconhecida no resultado do trimestre

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016
Custo do serviço corrente	751	453
Juros sobre obrigação atuarial	6.375	5.846
Rendimento esperado do ativo do plano	(6.904)	(6.971)
Juros sobre a restrição do ativo	503	1.098
	725	426

As variações do saldo de Plano de Pensão e Aposentadoria decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 19 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

19.1. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

A Companhia declara que as informações sobre estimativas envolvendo riscos de perda revisados por nossos consultores jurídicos externos como provável e possível descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 20 daquelas demonstrações financeiras.

19.2. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

a) Composição

	Controladora			
	31/03/2017			31/12/2016
	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	12.853	(3.218)	9.635	9.571
Fiscais	17.877	(760)	17.117	16.891
Ambientais	6.007	(50)	5.957	6.239
	36.737	(4.028)	32.709	32.701

	Consolidado			
	31/03/2017			31/12/2016
	Provisão	Depósito judicial	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	13.273	(3.245)	10.028	9.951
Fiscais	17.877	(760)	17.117	16.891
Ambientais	6.007	(50)	5.957	6.239
	37.157	(4.055)	33.102	33.081

b) Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

	Controladora			
	Trabalhista	Fiscal	Ambiental	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.571	16.891	6.239	32.701
Contingências				
Provisões do período	422	-	-	422
Reversões do período	(162)	-	(313)	(475)
Atualizações de contingências	314	236	81	631
Acordos / pagamentos do período	(37)	-	-	(37)
	537	236	(232)	541
Depósitos judiciais				
Atualizações monetárias	(59)	(10)	-	(69)
(Adições)	(425)	-	(50)	(475)
Baixas	11	-	-	11
	(473)	(10)	(50)	(533)
Saldo em 31 de março de 2017	9.635	17.117	5.957	32.709

	Consolidado			
	Trabalhista	Fiscal	Ambiental	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.951	16.891	6.239	33.081
Contingências				
Provisões do período	422	-	-	422
Reversões do período	(162)	-	(313)	(475)
Atualizações de contingências	328	236	81	645
Acordos / pagamentos do período	(37)	-	-	(37)
	551	236	(232)	555
Depósitos judiciais				
Atualizações monetárias	(60)	(10)	-	(70)
(Adições)	(425)	-	(50)	(475)
Baixas	11	-	-	11
	(474)	(10)	(50)	(534)
Saldo em 31 de março de 2017	10.028	17.117	5.957	33.102

19.3. Contingências possíveis

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Trabalhistas	14.324	6.817	15.447	8.064
Fiscais	135.712	134.040	135.712	134.040
Ambientais	24.382	23.616	24.382	23.616
Regulatórias	83.220	83.260	83.220	83.260
Cíveis	7.410	6.881	7.410	6.881
	265.048	254.614	266.171	255.861

As demais variações de Contingências Possíveis decorrem da movimentação normal do período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 20.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

20. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS (*)

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Provenientes do ativo imobilizado (vide nota n.º 11)		
Doações de equipamentos - ONS	550	556
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	590	479
	1.140	1.035
Provenientes do ativo intangível (vide nota n.º 12)		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D - <i>Software</i>	629	723
	1.769	1.758

(*) Obrigações vinculadas à concessão

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 21 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

21. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2017		31/12/2016		31/03/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	11.609	-	14.398	-	11.609	-	14.398	-
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	461	-	465	-	468	-	472	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	8.266	9.056	12.940	8.647	8.266	9.056	12.940	8.647
RGR - Quota de juros	12	-	12	-	12	-	12	-
	20.348	9.056	27.815	8.647	20.355	9.056	27.822	8.647

Vide comentários adicionais na nota explicativa 22 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1. Capital Social

Em 31 de março de 2017, o capital social autorizado da Controladora é de R\$ 2.355.580, sendo R\$ 785.193 em ações ordinárias e R\$ 1.570.387 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 839.138 (R\$ 839.138 em 31 de dezembro de 2016) dividido em 94.433.283 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentas e oitenta e três) ações, sendo 31.477.761 (trinta e um milhões, quatrocentas e setenta e sete mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 62.955.522 (sessenta e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal.

	Posição Acionária em 31/03/2017 (Em milhares de ações)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Acionistas						
Rio Paranapanema Participações S.A.	31.181	99,06	57.850	91,89	89.031	94,28
Duke Energy International Brazil Holdings S.à.r.l.	-	-	735	1,17	735	0,78
Cia Metropolitana de São Paulo	-	-	1.070	1,70	1.070	1,13
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	3	0,01	1.037	1,65	1.040	1,10
Demais pessoas físicas e jurídicas	294	0,93	2.263	3,59	2.557	2,71
	31.478	100,00	62.955	100,00	94.433	100,00

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 23.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

22.2. Reservas de Capital

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Ágio na subscrição de ações	468	468
Conta cisão	(6.418)	(6.418)
Ágio na incorporação de sociedade controladora (vide nota n.º 8.2)	103.838	103.838
Pagamento baseado em ações	1.720	1.720
Reserva especial - Reorganização societária - Aquisição Duke Energy Int. Geração Sapucaí-Mirim Ltda.	17.196	17.196
	116.804	116.804

22.3. Reservas de Lucros

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Reserva legal	150.471	150.471
Plano de pensão	5.623	5.282
	156.094	155.753

22.4. Lucros acumulados

a) Composição de lucros acumulados

	Controladora e Consolidado
	31/03/2017
Lucro líquido no período	127.904
Depreciação (custo atribuído)	25.768
Baixas (custo atribuído)	2.284
IRPJ/CSLL diferidos (custo atribuído)	(9.538)
	146.418

b) Composição de dividendos e JSCP a pagar

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Dividendos propostos	173.710	173.710
Juros sobre capital próprio a pagar	521	53.411
Dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital em custódia	1.466	1.571
	175.697	228.692

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 23.4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

22.5. Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora e Consolidado		
	Custo atribuído	Plano de pensão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	660.293	-	660.293
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial			
Depreciação	(25.768)	-	(25.768)
Baixa	(2.284)	-	(2.284)
IRPJ/CSLL diferidos	9.538	-	9.538
	(18.514)	-	(18.514)
Resultado abrangente			
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	516	516
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	(175)	(175)
	-	341	341
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	(341)	(341)
Saldo em 31 de março de 2017	641.779	-	641.779

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Suprimento de energia elétrica				
Contratos bilaterais	320.458	317.364	327.738	325.829
Contratos de leilões	8.999	22.877	8.999	22.876
Mercado de curto prazo (MCP)	71.664	(4.788)	72.286	(4.877)
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	10.018	19.392	10.024	19.647
	411.139	354.845	419.047	363.475
Outras receitas	139	43	139	43
	411.278	354.888	419.186	363.518
Deduções à receita operacional				
PIS e COFINS	(33.650)	(33.723)	(33.939)	(34.063)
ICMS	(5.421)	(4.958)	(5.421)	(4.958)
P&D	(3.520)	(2.886)	(3.520)	(2.886)
	(42.591)	(41.567)	(42.880)	(41.907)
Receita operacional líquida	368.687	313.321	376.306	321.611

24. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

24.1. Energia elétrica vendida

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2017		31/03/2016		31/03/2017		31/03/2016	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	1.827.338	320.458	1.968.564	317.364	1.857.114	327.738	2.007.212	325.829
Contratos de leilões	57.014	8.999	154.066	22.877	57.014	8.999	154.066	22.876
Mercado de curto prazo (MCP)	475.030	71.664	6.086	(4.788)	478.952	72.286	5.492	(4.877)
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	1.035.426	10.018	1.590.674	19.392	1.036.702	10.024	1.611.280	19.647
	3.394.808	411.139	3.719.390	354.845	3.429.782	419.047	3.778.050	363.475

(*) Não revisado pelos auditores independentes

A tabela a seguir resume os volumes em MWm de energia assegurada, contratada, expectativa de realização de contratos, pela Companhia no Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulada – ACR, em 31 de março de 2017:

	Controladora		Controlada	
	MWm (*)		MWm (*)	
	2017	2016	2017	2016
Energia disponível para venda	1.031	1.028	16	16
ACR	27	55	-	-
2016 (3 anos)	27	55	-	-
ACL	860	878	15	16
Contratos bilaterais de venda de energia	860	878	15	16
Contratos bilaterais de compra de energia	-	-	-	-
Energia livre para contratação	144	95	1	0
Percentual de energia contratada	86,0%	90,8%	95,9%	100,0%

(*) Não revisado pelos auditores independentes

24.2. Energia elétrica comprada para revenda

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2017		31/03/2016		31/03/2017		31/03/2016	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Mercado de curto prazo (MCP)	-	164	16.037	7.236	113	148	21.508	7.490
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	-	-	-	-	4.731	75	(4.209)	(51)
	-	164	16.037	7.236	4.844	223	17.299	7.439

(*) Não revisado pelos auditores independentes

Não houve volume para a compra de energia no MCP em 31/03/2017, pois o valor é decorrente de outras contabilizações e recontabilizações no âmbito da CCEE.

O saldo de energia elétrica comprada para revenda foi reduzido em comparação ao mesmo período do ano anterior, devido à recuperação do cenário hidrológico.

24.3. Encargos de uso da rede elétrica

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Tust	26.141	23.608	26.141	23.608
Tusd-g	2.790	2.599	2.907	2.718
Encargos de conexão	61	62	61	62
	28.992	26.269	29.109	26.388

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 25.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Receitas				
Aplicações financeiras	19.988	11.967	21.602	13.262
Variações monetárias	2.390	2.535	2.440	2.606
Depósitos judiciais	2.390	2.535	2.440	2.606
Juros e descontos obtidos	144	769	174	794
	22.522	15.271	24.216	16.662
Despesas				
Juros debêntures	(29.757)	(30.295)	(29.757)	(30.295)
Juros empréstimos	(7.821)	(7.199)	(7.821)	(7.199)
Variações monetárias	(12.554)	(30.104)	(12.591)	(31.576)
Debêntures	(6.645)	(17.780)	(6.645)	(17.780)
Tusd-g	(2.389)	(2.249)	(2.389)	(2.249)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(631)	(760)	(645)	(841)
Atualização monetária de referente a liminar GSF	(2.611)	(8.813)	(2.634)	(8.894)
Atualização financeira por processo arbitral	-	-	-	(871)
Outras	(278)	(502)	(278)	(941)
Despesas plano de pensão (vide nota n.º 19)	(725)	(426)	(725)	(426)
Outras despesas financeiras	(1.379)	(1.112)	(1.385)	(1.123)
	(52.236)	(69.136)	(52.279)	(70.619)
	(29.714)	(53.865)	(28.063)	(53.957)

26. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/03/2017	31/03/2016
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Preferenciais	85.269	47.500
Ordinários	42.635	23.750
	127.904	71.250
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Preferenciais	62.955	62.955
Ordinários	31.478	31.478
	94.433	94.433
Resultado básico e diluído por ação		
Preferenciais	1,35443	0,75450
Ordinários	1,35443	0,75450

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia declara que as informações sobre instrumentos financeiros descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016 permanecem válidas para esse ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 28 daquelas demonstrações financeiras.

27.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do Valor Justo (vide nota 2.1)	31/03/2017		31/12/2016	
			Valor Contábil	Valor a Mercado	Valor Contábil	Valor a Mercado
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	770.167	770.167	852.563	852.563
Clientes	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	178.609	178.609	135.892	135.892
			948.776	948.776	988.455	988.455
Passivos						
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Nível 2	365.028	365.028	347.622	347.622
Arbitragem	Outros passivos financeiros	Nível 2	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Outros passivos financeiros	Nível 2	175.697	175.697	228.692	228.692
Encargos setoriais	Outros passivos financeiros	Nível 2	29.411	29.411	36.469	36.469
Debêntures	Outros passivos financeiros	Nível 2	1.229.562	1.177.335	1.297.523	1.237.089
Empréstimo	Outros passivos financeiros	Nível 2	238.048	182.714	230.228	188.298
			2.037.746	1.930.185	2.140.534	2.038.170

A Companhia não realizou operações com derivativos no exercício de 2016 e no período de três meses, findos em 31 de março de 2017. Também não há exposição a variações cambiais e em moeda estrangeira, por não manter tais operações.

27.2. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Emissão	Série	Remuneração	Controladora e Consolidado			
			De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
4ª	1	Varição CDI + 0,65% ao ano	94.990	93.436	-	188.426
4ª	2	Varição IPCA + 6,07 % ao ano	19.903	42.838	486.210	548.951
5ª	1	Varição CDI + 0,89% ao ano	108.431	175.427	-	283.858
5ª	2	Varição IPCA + 7,01% ao ano	20.883	153.510	259.327	433.720
6ª	Única	Varição CDI + 2,00% ao ano	12.634	180.659	-	193.293
CCB	-	Varição CDI + 1,40% ao ano	241.925	-	-	241.925
			498.766	645.870	745.537	1.890.173

28. SEGUROS

	Limite Máximo de Indenização em R\$ milhares	
	Vigência 29/12/2016 à 30/06/2017	Vigência 31/12/2015 à 31/12/2016
Risco operacional	2.000.000	1.955.000
Responsabilidade civil	110.000	19.550
Lucro cessante	-	1.730.865

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 29 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2016.

29. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Dividendos e JSCP propostos	-	414.838
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	18.514	71.850
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos	341	567
IR diferido sobre plano de pensão	175	292

30. COMPROMISSOS

30.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Controladora e sua controlada possuem contratos bilaterais para venda de energia negociados até o ano de 2027; e para os contratos de leilões até o ano de 2018.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

31.1. Liquidação financeira (CCEE)

Em abril de 2017, ocorreu a liquidação financeira no valor de \$24.661, referente à operação normal de venda de energia no mercado de curto prazo (MRE / MCP).

31.2. Revisão das garantias físicas

No dia 04 de maio, o MME publicou a portaria 178/2017, que aprova a metodologia e define os valores revistos de garantia física das Hidrelétricas Despachadas de modo centralizado no Sistema Interligado Nacional. Não há impacto nas demonstrações financeiras da Companhia em 2017, pois os novos valores passam a valer a partir de janeiro de 2018.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**Conselho de Administração**

Yinsheng Li
Presidente

Yujun Liu
Membro Efetivo

Evandro Leite Vasconcelos
Membro Efetivo

Eliseu Nogueira de Andrade
Membro Efetivo

Narciso Meschiatti Filho
Membro Suplente

Conselho Fiscal

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro
Presidente

François Moreau
Conselheiro Efetivo

Marcelo Curti
Conselheiro Efetivo

Ary Waddington
Conselheiro Suplente

Edmundo Falcão Koblitz
Conselheiro Suplente

Murici dos Santos
Conselheiro Suplente

Diretoria Estatutária

Yinsheng Li
Diretor Executivo Presidente

Carlos Alberto Dias Costa
Diretor Executivo de Operações e Meio Ambiente

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Diretor Executivo Financeiro, de
Controles Internos e Informática e Diretor Executivo
de Relações com Investidores

João Luis Campos da Rocha Calisto
Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Planejamento Energético

Plautius Soares André Filho
Diretor Executivo Comercial

Antonio Patricio Franco Martins
Gerente Geral de Controladoria

Narciso Meschiatti Filho
Contador - 1SP-101290/O-0